

Lógica monogâmica e restrição subjetiva: pensando o cuidado exercido por mulheres brancas heterossexuais ocidentais

Isabela Cristina Rodrigues Cuter¹

Camila Peixoto Farias²

Resumo

Nesse trabalho, com a ajuda de teorias psicanalíticas clássicas e contemporâneas, bem como de autoras feministas, situaremos a monogamia dentro de um contexto sócio-histórico-cultural, para que possamos discuti-la a partir de uma perspectiva crítica. Partindo de um resgate histórico, pretendemos mostrar que as reverberações da monogamia são distintas aos diferentes gêneros. De maneira mais específica, objetivaremos analisar quais são as suas implicações singulares para a subjetividade de mulheres, especialmente brancas heterossexuais ocidentais. Como veremos, a monogamia é mais esperada de mulheres quando comparadas aos homens, e sua lógica de exclusividade parece posteriormente se desdobrar em uma grande restrição das possibilidades de investimento afetivo, que ficam limitadas prioritariamente ao cuidado do outro. Para essa discussão, faremos uma articulação entre lógica monogâmica e o trabalho de cuidado, pensando em seus impactos na constituição psíquica de crianças brancas identificadas como meninas e, posteriormente, na sua vida adulta.

Palavras-chave: Monogamia, Psicanálise, Gênero, Mulheres.

1 Psicóloga formada pela Universidade Federal de Pelotas e mestranda em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil). Orcid: 0009-0002-6021-7749. E-mail de contato: isabelacuter@gmail.com.

2 Mestre e doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (Rio Grande do Sul, Brasil). Orcid: 0000-0002-3442-5512. E-mail de contato: pfcamila@hotmail.com.

Introdução

A monogamia, na sociedade Ocidental, atualmente se configura como uma estrutura naturalizada, sendo sinônimo de amor (Vasallo, 2022). Destacamos que a forma mais comum desse amor assume o conceito de casal: duas pessoas que se unem no presente, com projeções para o futuro, na esperança de dividirem seu tempo, o espaço em que se inserem e os bens materiais dos quais são donos. Uma característica importante que se mostra diante dessas histórias é a ideia binária da monogamia sobre o amor e o desamor; aqui, ou você é o amor da vida de alguém ou está do lado de fora dela (Hardy & Easton, 2019).

Maíra Moreira (2023) nos convida a pensar que o casamento se tornou um local privilegiado e reconhecido socialmente de afeto, sexo, intimidade, reprodução biológica e parceria. Para Geni Núñez (2023), no entanto, não basta dizer que a monogamia se fundamenta em uma relação composta por duas pessoas; a autora mostra que a ideia da monogamia também está articulada com o conceito de eternidade. Nesse modelo, as relações não poderiam se dissolver – o que conversa com os preceitos do cristianismo sobre o casamento.

Compreendemos, também, que a monogamia está fundamentalmente baseada em uma estrutura de hierarquia dos afetos – e no topo da pirâmide se encontra o casal heterossexual, reprodutor (Vasallo, 2022). Segundo sua lógica de funcionamento, há de se trabalhar muito para chegar até o cume, pois nenhum outro lugar da pirâmide do amor é bem vista. Aqui, a ideia fundamental é a da batalha: nesse sistema, é preciso lutar muito para conseguir amar e ser amado de volta. “Para sustentar a hierarquia, são necessárias a exclusão e a disputa, a exclusividade e a competitividade amorosa que passam a fazer parte do próprio amor” (Vasallo, 2022, p. 67).

Seguindo lógicas da competitividade, para o sistema monogâmico o prêmio é o amor. Algumas de suas raízes mais profundas falam sobre a romantização do vínculo, o compromisso sexual e a exclusividade. Na monogamia, também há a presença de práticas de dependência – a econômica inclusa – que constituem a relação amorosa (Vasallo, 2022), responsáveis por subjugar fundamentalmente mulheres em relação aos seus parceiros homens.

A normativa monogâmica está a serviço principalmente de lógicas heterossexuais e cisgêneras, também fortemente atravessadas pela misoginia. Dentre as inúmeras violências decorrentes dessa articulação, queremos dar especial destaque para a restrição subjetiva que ela impõe às mulheres – aspecto ainda pouco discutido na literatura. Quando falamos em restrição subjetiva, estamos nos referindo à limitação das possibilidades de investimentos afetivos, como procuraremos mostrar.

Pensaremos a restrição afetiva a partir da articulação de duas temáticas: a monogamia e o trabalho de cuidado. Nosso desafio, portanto, vai ser o de mostrar quais são as costuras que as unem, fazendo com que o nó de ligação entre elas não passe despercebido. Com a ajuda da teoria psicanalítica clássica e contemporânea, bem como de escritos feministas, procuraremos mostrar que a lógica monogâmica extrapola a esfera das relações amorosas e se infiltra na lógica dos investimentos afetivos de mulheres. Para tanto, traremos para a cena uma discussão importante de gênero articulada à temática, que não pode ser entendida de

maneira alguma como homogênea; pelo contrário, salientaremos que distintos marcadores sociais contribuem para que as experiências subjetivem diferentes corpos de formas também singulares.

Em nossa discussão, as protagonistas serão as mulheres, especialmente mulheres brancas heterossexuais ocidentais, como detalharemos mais adiante. Para elas, entendemos que as lógicas de exclusividade das relações amorosas também parecem atingir o âmbito de suas possibilidades de investimento afetivo, que são bastante restritas. Mostraremos que, socialmente, essas mulheres recebem permissão para destinar sua libido de forma majoritária para o cuidado do outro.

Para evidenciar esse aspecto, consideramos importante um breve resgate histórico sobre a temática da monogamia, enfatizando as diferenças no que tange ao gênero. Além disso, discutiremos a constituição psíquica de crianças brancas identificadas como meninas – em outras palavras, a constituição das lógicas de investimentos afetivos, tendo como articuladores principais a monogamia e o cuidado.

No que tange ao gênero, este esteve provisoriamente definido como sendo o que caracterizaria atributos femininos e masculinos, e que as diversas formas de socialização e educação dos indivíduos ajudavam a produzir e reproduzir. No entanto, com o advento das teorias feministas, a delimitação teórica e prática do que seria “natural”, “cultural” ou “social” não mais se sustenta; nesse cenário, a discussão do que é o gênero precisa estar atenta às implicações ideológicas, políticas e epistemológicas de sua delimitação (Dorlin, 2021). Tendo isso em vista, gênero diz respeito às diferentes performances, constituindo um campo que não pode ser delimitado apenas pelo binarismo entre masculino e feminino, pois engloba muitas outras possibilidades; no entanto, cabe destacar que a lógica binária é a lógica imposta hegemonicamente em nossa sociedade.

Nosso problema de pesquisa, portanto, consiste em denunciar de que maneira a lógica monogâmica, presente nas vinculações amorosas sexuais e nas possibilidades de investimento afetivo, pode ser fator de adoecimento para as mulheres de nosso estudo. Justificamos nosso trabalho a partir de sua relevância teórico-clínica, articulando as teorias psicanalíticas e feministas que nos servem de base para pensar a materialidade da vida – especialmente no que se refere ao trabalho reprodutivo de cuidado. Denunciar a lógica monogâmica imposta para mulheres brancas heterossexuais ocidentais, bem como seus desdobramentos materiais e subjetivos, sustenta a importância acadêmica de nosso trabalho.

Nosso método

Nossa pesquisa assume um caráter teórico a respeito da temática da monogamia, a partir de discussões que traçamos com autores psicanalíticos clássicos e contemporâneos, bem como de autoras feministas que nos ajudam a trazer, para nossos estudos, uma dimensão crítica e situada que consideramos fundamental. A partir da pesquisa implicada, que conversa com corpos que pulsam e sentem (Haraway, 1995), iremos nos aventurar em tomar distância da ciência hegemônica, ocupada em tentar manter uma suposta neutralidade diante de suas produções. Como nos aponta Donna Haraway (1995) de forma exemplar, essa suposta

neutralidade esteve historicamente conferida aos homens brancos, de classe alta, cisgêneros e heterossexuais; mas não a nós mulheres.

Em nossa metodologia de pesquisa, não foi possível seguir uma receita pré-definida de como fazer ciência; para tanto, não nos utilizamos de um sistema prévio de seleção de leituras e materiais com os quais teceríamos nossa argumentação. Ao contrário: nossas referências seguiram um formato artesanal de entrecruzamentos e diálogos, em que uma primeira leitura levou a uma segunda, e essa a mais outra, e assim por diante. Os trajetos a serem seguidos, portanto, apareceram a partir do encontro único entre referências teóricas e o sujeito que pesquisa (Dockhorn & Macedo, 2016).

Segundo Sofia Favero (2020), o termo “pesquisando”, no gerúndio, parece ser mais interessante que “pesquisar”, justamente porque o rigor metodológico de nossas produções consiste no caminho a ser percorrido como um todo, não somente no ponto de chegada (afinal de contas, será mesmo que ele existe?). Dito isso, entendemos que a função das pesquisas não é a de oferecer respostas prontas e imutáveis a respeito daquilo que analisamos. Pelo contrário, nossa ideia principal é a de abertura, não a de fechamento (Dockhorn & Macedo, 2016). Como nos esclarece Sofia Favero (2020, p. 7), “existem ambiguidades, paradoxos e problemas que não se resolvem”.

Ancoradas no método psicanalítico de se pensar e produzir ciência, não nos interessamos pela replicabilidade dos resultados. Para nós, sendo o inconsciente o principal objeto de estudo, não é razoável pensarmos em respostas que irão padronizar (Dockhorn & Macedo, 2016). O inconsciente é singular, aparece no corpo, nas vivências, de forma única para cada um. Não pode, portanto, ser reproduzido.

Luís Figueiredo e Marion Minerbo (2006) também nos dão pistas importantes do que está contido no cerne do método psicanalítico. Os autores mostram que, a partir do encontro entre sujeito que pesquisa e sujeito pesquisado, há uma transformação mútua: um sempre deixa marcas importantes no outro. A teoria não sai mais a mesma depois de ter sido subjetivada por um indivíduo, nem o sujeito segue intacto depois desse processo. Donna Haraway (1995) destaca que somos sujeitos parciais e, portanto, a ciência que emana de nós inevitavelmente também será. “Quem pesquisa, tem uma história. Tem um objetivo. Aparece entre os parágrafos, pois não é possível sair ileso em um texto. O que faz com que toda investigação científica seja localizada” (Favero, 2020, p. 2).

Em nossa pesquisa, daremos destaque para os desdobramentos dessa imposição para mulheres brancas heterossexuais ocidentais. Optamos por esse recorte específico, porque pensamos que as mulheres escolhidas para o casamento heteronormativo são majoritariamente as mulheres brancas, como argumenta Zanello (2018) a partir de seu conceito de *prateleira do amor*. A partir desse conceito, entendemos que quanto mais uma mulher se parecer com o padrão hegemônico de beleza (branco, magro, sem deficiência, loiro), maiores as chances de serem escolhidas pelos homens para performarem as relações amorosas. Cabe destacar que isso evidencia uma dimensão de privilégio experimentada pela branquitude, no sentido de reconhecimento e *status social* (Schucman, 2012).

A lógica social em que vivemos define alguém como belo, desejável ou admirável quanto mais ele se parecer com o ideal branco, evidenciando uma desigualdade social muito

grande em termos de bens materiais e valores simbólicos entre brancos e não brancos. Essa lógica, gerada inicialmente pelo colonialismo e o imperialismo, mas que se mantém até os dias atuais, possui efeitos tão concretos que são capazes de regular práticas cotidianas, percepções, comportamentos e desigualdades entre diferentes grupos (Schucman, 2014).

Cida Bento (2022), ao nomear o pacto narcísico da branquitude, visibiliza um pacto silencioso entre as pessoas brancas que tem como efeito a manutenção de seus privilégios. A lógica da escolha de mulheres brancas cisgêneras para o casamento nos parece mais um exemplo disso, mesmo que ao interseccionarmos as avenidas da raça com as do gênero encontremos subjugações e violências plurais.

Historicamente, sabemos que as mulheres pretas foram escravizadas e posteriormente estiveram inseridas no mercado de trabalho, na maioria das vezes, de forma precarizada e não remunerada, principalmente encarregadas das tarefas mais insalubres e dispendiosas do cuidado – inclusive de mulheres brancas e suas famílias, não sendo consideradas “mulheres”, mas situadas em um lugar desumanizado desde o regime de escravização, visto que não eram consideradas como possíveis objetos de investimento afetivo, mas eram violentadas, descartadas e muitas vezes mortas (Gonzalez, 1984).

Lélia Gonzalez (1984) ainda atenta para o fato de que as mulheres pretas são comumente colocadas no lugar social de mães-pretas, mucamas, mulatas, mas não de esposas. Nesse sentido, não podemos deixar de destacar que a escolha, realizada por um homem, para um relacionamento amoroso é também um lugar de privilégio, garantindo um reconhecimento social para as mulheres brancas que até hoje é interdito, na maioria das vezes, para as mulheres pretas.

Criação de narrativas monogâmicas no ocidente

Antes de chegarmos ao ponto que queremos discutir – o desdobramento das lógicas de exclusividade das relações amorosas para o âmbito mais geral das possibilidades de investimento afetivo de mulheres brancas heterossexuais ocidentais –, façamos um retorno ao início, ao histórico: não é possível falar do desdobramento da lógica monogâmica sem antes situar a monogamia em um tempo-espço, movimento fundamental para articular nossas discussões adiante. Cabe destacar que a história resgatada aqui se refere à história de pessoas brancas (homens e mulheres) – pessoas pretas enfrentaram inúmeras outras violências, como não serem reconhecidas como homens e mulheres, mas animalizados pela lógica da escravização (Gonzalez, 1984).

A lógica monogâmica ocidental não surgiu por acaso: Friedrich Engels (1884/1997) propõe pensar que a dinâmica familiar normatizada socialmente – marido, esposa e filhos –, patrilinear, deu-se concomitantemente ao surgimento da propriedade privada. A monogamia, dentro desse contexto, era fundamental para fazer existir os conceitos de herança e hereditariedade; para tanto, o formato monogâmico de se relacionar atendia a necessidades estritamente econômicas. Brigitte Vasallo (2022) ainda nos ajuda a identificar que, diante desse cenário, houve uma criminalização de lógicas outras de relação, matrilineares, em que o que imperava era o apoio mútuo, alheio às dinâmicas capitalistas.

Dessa maneira, é possível inferir que o casamento, inicialmente, não respondia à ideia de amor romântico; ao contrário, estava voltado para o interesse econômico (como, por exemplo, o dote). Foi somente no século XII que a Igreja Católica definiu o casamento como algo sagrado, sendo a monogamia um de seus pilares centrais. A quebra da união entre um homem e uma mulher, para os fiéis, era sinônimo de pecado e os recursos utilizados pela Igreja para convencer a população a se casar eram notadamente marcados com ameaças, censuras e excomunhões (Zanello, 2018). Tendo em vista que o catolicismo teve e continua a ter grande influência na forma como a vida ganha significados no Ocidente, é esperado que a monogamia apresente, então, reverberações complexas na vivência afetiva dos sujeitos.

O casamento monogâmico, anteriormente vinculado a uma lógica de perpetuação de bens através dos herdeiros, sempre teve a mulher como peça fundamental em sua dinâmica. Para além da continuidade do nome e sobrenome, o casamento monogâmico também servia como forma de união dos antigos clãs. Por exemplo: quando uma mulher de um determinado clã era destinada a se casar com um homem de outro, geralmente por decisão de seu pai, os dois clãs passavam a sustentar um laço mútuo. Posteriormente, a mulher, mesmo que essencial para o início dessa união, não exercia nenhum papel adiante para os vínculos além do reprodutivo, sendo os homens, mais uma vez, os protagonistas finais de um trabalho arduamente iniciado e sustentado pelas mulheres (Butler, 2003).

Brigitte Vasallo (2022) nos convida a pensar que, durante o período medieval, houve uma certa classificação e ordenação da sexualidade, sendo a função reprodutiva, por motivos religiosos, a única prática legítima. Nesse contexto, portanto, é possível já pensar em uma imposição da heterossexualidade, sendo a genitalidade bastante reforçada em detrimento de comportamentos sexuais que fossem destoantes. Diante de um cenário tão repressor, algumas práticas sexuais ficavam inevitavelmente articuladas com a culpa, a vergonha ou o nojo, especialmente para os corpos identificados socialmente como de mulheres brancas heterossexuais.

A Caça às Bruxas, que Silvia Federici (2017) situa principalmente entre os séculos XV e XVI, denunciou que mulheres parteiras, mulheres que evitavam a maternidade e mulheres mendigas representavam grande ameaça ao sistema patriarcal e capitalista da Europa, que começava a criar forma. Mas não só elas: mulheres chamadas de libertinas e promíscuas também – ou seja, aquelas que recorriam à prostituição de seus corpos ou que se utilizavam da sexualidade para além dos vínculos do casamento monogâmico ou da procriação. Mulheres adúlteras, nesse contexto, eram queimadas na fogueira.

Já Renata Gomes et al. (2016) salientam que, para os homens, o adultério sempre foi uma questão de masculinidade e necessidade hormonal que deveria ser atendida, estando a eles socialmente garantida a infidelidade conjugal. Brigitte Vasallo (2022) ainda complementa: *homens-muito-homens* são aqueles que não podem ser vistos como exclusividade de alguém. Já suas mulheres... estas eles não podem repartir. De acordo com Del Priore (2011), “a fidelidade conjugal era sempre tarefa feminina; a falta de fidelidade masculina era vista como um mal inevitável que se havia de suportar. É sobre a honra e a fidelidade da esposa que repousava a perenidade do casal” (p. 187).

Desejamos pontuar que as práticas misóginas foram inicialmente observadas dentro da cultura europeia, especialmente marcada pelas religiões cristãs. Com a colonização das

Américas, que durou centenas de anos, a bagagem da violência contra as mulheres foi trazida com os colonizadores; subjugando os povos originários e implementando forçadamente a sua própria cultura, os europeus obtiveram sucesso em espalhar seus costumes patriarcais por todo o Ocidente (Federici, 2017). Com a vinda desses costumes para o Ocidente, legisladores, sacerdotes, filósofos e escritores passaram a reproduzir o discurso de que a condição de subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa na Terra (Beauvoir, 1949/2014), contribuindo para que as legislações sobre família, sexualidade e reprodução fossem construídas para manter os valores e instituições do patriarcado (Biroli, 2018).

Silvia Federici (2017) deixa nítida a presença de questões de gênero diante da temática da monogamia. A autora salienta que, durante a colonização das Américas, práticas não monogâmicas foram proibidas nas colônias. No entanto, a medida era muito mais incutida sobre as mulheres, que, ironicamente, não se viam livres de serem raptadas e estupradas pelos homens – sendo eles, ao contrário, estimulados a penetrar a maior quantidade de mulheres possível, partilhando essas performances com seus pares. A referida situação evidencia que a exigência da monogamia, por mais que esteja muito incutida às sociedades Ocidentais como um todo, tem sua perpetuação sobre os diferentes corpos de maneira bastante desigual.

Vinculadas a uma lógica patriarcal de reclusão, durante os séculos XVI e XVII, as mulheres (salientamos aqui, *brancas*) europeias foram retiradas das atribuições sociais que permeavam o trabalho assalariado; ao contrário, estavam restritas à reprodução biológica e ao cuidado do lar. Enquanto cuidavam da casa, preparando os filhos para o futuro mercado de trabalho, também abriam espaço para que os homens estivessem dentro das fábricas, produzindo capital. Podemos pensar, então, no quanto a força de trabalho feminina contribuiu para sustentar o sistema capitalista, fazendo com que a diferença sexual do trabalho fosse, e continue sendo até hoje, peça-chave para a consolidação desse sistema (Federici, 2017).

Com a falta de dinheiro e uma completa submissão aos homens, era comum que algumas mulheres recorressem à prostituição de seus corpos – na época, uma prática criminalizada. Dessa forma, uma mulher que se prostituía, mesmo que por consequência de uma violenta desigualdade de gênero, tinha a sua honra questionada; no entanto, homens que se aproveitavam dessa prostituição, penetrando mulheres a contento, não perderiam nunca seu lugar de poder (Federici, 2017).

Silvia Federici (2017) salienta que o sistema capitalista, orientado por uma divisão de relações produtivas e reprodutivas entre o binarismo homem-mulher, legítima a exploração das mulheres e da natureza. Esse sistema se orientou e continua se orientando, sobretudo, a partir de uma lógica de máxima violência e intervenção estatal direcionada às mulheres, com início, principalmente, a partir do momento em que elas passaram a reivindicar o direito de escolher se reproduzir ou não, exigindo o controle de seus próprios corpos. Diante desse cenário, os sistemas de exploração, nitidamente centrados nos homens, buscaram novos caminhos de se apropriarem do corpo feminino, colocando-o como lugar privilegiado de implantação das relações de poder.

o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o

corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (Federici, 2017, p. 34).

Brigitte Vasallo (2022) faz um importante delineamento de raça diante da questão da sexualidade: é de mulheres *brancas* é que historicamente são exigidas a castidade e a devoção; mulheres pretas, especialmente as escravizadas, eram incentivadas a procriar, ainda que não fossem autorizadas a manter qualquer relação materna com as crianças – seus filhos pertenciam aos seus senhores e, portanto, representavam uma possibilidade de aumentar a sua riqueza através do trabalho escravizado (eram vistos, portanto, somente como mão de obra).

Historicamente fica nítido que a monogamia foi e continua sendo vivida de forma muito distinta para os diferentes gêneros, o que evidencia que essa lógica segue sendo passada de geração para geração. Consideramos que o modo de subjetivação das crianças exerce um importante papel nessa reprodução. Procuraremos mostrar que os adultos cuidadores reproduzem as lógicas sociais na tarefa de cuidado, a monogâmica incluída, direcionando o pulsional de crianças identificadas como meninas para destinos restritos, destacando-se o cuidado do outro. Como veremos, a lógica monogâmica está presente, especialmente para as mulheres brancas heterossexuais ocidentais, desde seu processo de constituição psíquica.

Investimentos iniciais e possibilidades de existência

Em confronto com proposições anteriores da Psicanálise, que supunham a mãe como principal figura de cuidado do bebê – tendo como seu principal expoente Freud –, Jean Laplanche (1988) sugere que qualquer adulto psiquicamente disponível pode se incumbir desse processo. “O parceiro obrigatório da sedução é o adulto” (Laplanche, 1988, p. 109), sendo o conceito de sedução, aqui, apreendido como lógica de investimentos afetivos e base para o seu direcionamento.

Esta relação adulto-criança, para Jean Laplanche (2015), é denominada de *situação antropológica fundamental*, em que os sujeitos protagonistas são impactados mutuamente – ou seja, adulto e criança assumem papel fundamental dentro das trocas, ainda que inicialmente a criança esteja em uma posição de passividade em relação ao seu cuidador.

Inicialmente, os investimentos proporcionados pelo adulto ficam bastante atrelados à garantia da sobrevivência do bebê: sanar a fome, proteger do frio e calor, trocar a fralda. No entanto, o cuidado voltado ao corpo não se desenha sem a articulação dos afetos do cuidador; ao contrário, o manejo do corpo do bebê, que é necessário para a vida, vem inundado de significantes desse adulto, que são transmitidos ao bebê durante o cuidado (Laplanche, 1988). Aqui, o inconsciente do adulto entra em cena e, portanto, não existe um controle do que é transmitido à criança.

Na relação adulto-criança a linguagem falada não deve ser entendida como a única protagonista. Existem, no cuidado, inúmeras outras esferas de comunicação, às quais a criança se relaciona através, principalmente, dos afetos. O pegar no colo, por exemplo, pode ser apreendido pela criança de maneiras diferentes, a depender da forma com a qual o adulto realiza esse gesto – se com carinho, se com cansaço, se em um dia em que está sentindo dor, se impregnado de culpa, etc.

Como esta linguagem do adulto está atrelada, necessariamente, à atuação de seu próprio inconsciente, e se o inconsciente é, por excelência, um campo nunca possível de ser explorado por completo, podemos pensar que, muitas vezes, as mensagens destinadas à criança, chamadas *enigmáticas*, vão conter elementos que escapam da compreensão do próprio adulto. Se existem normas sociais intrínsecas ao agir do adulto voltadas para a criança, normas estas que muitas vezes não são sequer percebidas por ele – e, se não são identificadas, não podem nem mesmo ser minimamente questionadas –, então é possível inferir que a reprodução de lógicas sociais marca fortemente as relações iniciais.

É preciso, portanto, dizer que o psiquismo do adulto está inserido em uma lógica social de direcionamento dos afetos, ou seja, existem múltiplos recortes sociais carregados de lógicas de poder – como os de classe, gênero e raça, por exemplo – que estão impregnados no cuidado que o adulto oferece (e acabam, de uma forma ou de outra, por se destinar à criança). Seria possível pensar, portanto, na possibilidade de um certo *enrijecimento* dessas mensagens (Laplanche, 2015), que chegam com traços sociais já demarcados, sendo eles, muitas vezes, portadores de marcas de violência e preconceito. É como se, nesse contexto de constituição psíquica, algumas performances já fossem frequentemente esperadas pelos adultos em relação à criança – a reprodução da cisgeneridade, da heterossexualidade e da própria monogamia, por exemplo.

Cabe destacar que não consideramos isso como determinante. O que queremos enfatizar é que há uma facilitação social para determinados direcionamentos dos investimentos. Mas não podemos desconsiderar o processo singular de tradução realizado pelo bebê, já que “o ser humano é e não deixa de ser um ser autotradutivo, autoteorizante” (Laplanche, 1988, p. 120). Portanto, o bebê faz um trabalho singular de tradução das mensagens que chegam a ele através do adulto cuidador, depois de um primeiro momento de passividade radical. No entanto, é importante salientar que singular não é o mesmo que individual. É notório que, mesmo que a criança possa atribuir novos sentidos àquilo que é destinado a ela, existem afetos já bastante impregnados pela dinâmica social nos investimentos que recebe – sejam esses afetos conscientes para o adulto ou não. “O que é interpretado já é portador de sentido” (Laplanche, 2015, p. 99).

Ainda para Jean Laplanche (1988), a capacidade da criança de integrar – ou não – o que acontece em sua realidade psíquica passa, necessariamente, pela capacidade de elaboração disponibilizada pelas vivências alicerçadas no contexto social. Quando as mensagens são transmitidas por essa rede de cuidado tão importante, então, é nítido que apresentam muito poder de reverberação na criança.

Para Silvia Bleichmar (1994) o ego de um bebê não se constitui num vazio; ao contrário, ele se insere em uma base prévia de representações, já inscritas nos adultos encarregados de seu cuidado. Dessa maneira, ainda que a criança faça um trabalho tradutivo inquestionavelmente singular, é possível pensar que a sua capacidade de tradução de mensagens é, em alguma medida, importada dos adultos cuidadores.

A partir dos investimentos do adulto e da recepção e tradução das mensagens enviadas por ele, a criança passa a se diferenciar do mundo que a cerca. Dá-se início, então, ao que Sigmund Freud (1914) pontua em sua obra como *narcisismo*. O autor propõe imaginar que, com o tempo,

a criança começa a perceber os limites entre o interno e o externo e, ao fazer essa distinção, tende a ultrapassar o autoerotismo e dar início às possibilidades de investimento – inicialmente em si mesmo como objeto unificado. Estando o narcisismo diretamente ligado à forma com a qual o sujeito se relaciona consigo próprio e com o mundo externo, é fácil perceber que este é um processo que permanece sempre em andamento no psiquismo, jamais estagnado. A constituição narcísica se refere, portanto, à constituição do Eu.

A libido passa então a ser ter dois destinos: o próprio Eu e os objetos do mundo externo. Constitui-se, portanto, uma balança de investimentos – ora a libido está voltada em maior quantidade para o próprio eu, ora está voltada para o exterior, sendo importante que um certo equilíbrio seja mantido, com pelo menos parte desse investimento voltado para o próprio Eu.

Em suma, as formas a partir das quais a criança recebeu investimento e foi ensinada também a investir contam com registros do inconsciente do adulto cuidador e das normativas sociais. No entanto, mesmo que essas mensagens cheguem com determinado formato, é como se o Eu desse conta de sempre transformar seus contornos, devido ao constante trabalho de tradução, como coloca Jean Laplanche (1988). Portanto, as normativas existentes sobre quais objetos devemos amar ou odiar, acolher ou estigmatizar, submeter ou libertar, podem tanto ser reproduzidas – porque são mensagens que chegam a partir de um outro significativo – ou ressignificadas – porque o psiquismo é plástico e está sempre pronto a construir novos sentidos a partir de suas vivências e da elaboração que pode realizar delas, em função do trabalho tradutivo.

Pensando na monogamia e na expectativa de que seja performada, especialmente pelos corpos identificados como femininos, é possível perceber que sua reverberação social é construída desde muito cedo a partir das lógicas que são impostas nas relações iniciais de cuidado. A seguir, procuraremos mostrar como, desde muito cedo, crianças identificadas como meninas são subjetivadas a partir de uma lógica social que restringe suas possibilidades de investimento, colocando o cuidado e a disponibilidade ao outro como caminhos prioritários – o que nos conduz a pensar na imposição de uma lógica restrita para os investimentos afetivos.

Desdobramento da lógica monogâmica: a performance exclusiva do cuidado exigida socialmente de mulheres

O resgate histórico feito no primeiro tópico da nossa discussão mostra que a imposição da monogamia, ainda que aconteça de forma geral, produz reverberações distintas para os diferentes corpos. Valeska Zanello (2018) nos mostra que crianças identificadas como meninas são subjetivadas de forma a enxergar a relação romântica, em especial as heterossexuais, como algo muito importante a ser conquistado na vida adulta. A centralidade do casamento monogâmico e heterossexual, portanto, não escapa: ele deve ocupar lugar de desejo incontornável na vida de mulheres – especialmente para mulheres brancas que ocupam preponderantemente, como vimos, o lugar de esposas.

Nesse ponto, Valeska Zanello (2018) destaca aquilo que denomina de *pedagogia afetiva* – uma forma de ensinar e conduzir performances esperadas socialmente para os diferentes gêneros. Para as mulheres, o amor por/de um homem exige algum roteiro pré-concebido

de como se comportarem para alcançarem o sucesso: a conquista do amor romântico. A autora pontua, por exemplo, que o silêncio é um dos ingredientes principais dessa receita (ou seja, as mulheres são ensinadas, desde muito cedo, a não dar ouvidos para seus desejos e necessidades, nem tampouco comunicá-los quando são percebidos). Em contrapartida, mulheres que se expressam são frequentemente enquadradas como chatas, reclamonas e outros termos pejorativos (Zanella, 2018).

Salientamos que existe, então, uma facilitação social de que mulheres esperem pelo casamento desde muito cedo, o heterossexual preferencialmente, com uma atribuição da ideia de sucesso para aquelas que forem escolhidas por um homem para protagonizar o amor romântico. Para alcançar esse grande feito, não podem ser agressivas ou rebeldes, precisam ser amáveis e estar inteiramente disponíveis ao outro, sendo esse outro majoritariamente o marido, a casa e os filhos. Pensamos que essa lógica é seguida e reproduzida de forma constante em nossa sociedade porque é transmitida desde muito cedo às mulheres, através do cuidado que recebem e dos direcionamentos afetivos infiltrados neles. Para as crianças identificadas como meninas, então, parece já haver a transmissão de mensagens, ainda que enigmáticas e atreladas ao inconsciente do adulto cuidador, que especificam as performances que indicam o que é se “tornar uma mulher”. Dentre elas o casamento, a maternidade e o cuidado aparecem como exigências compulsórias em nossa sociedade.

Zanella et al. (2015) notam que, enquanto a virilidade é considerada fator de proteção aos homens, seguindo uma lógica masculinista – e, portanto, não exclusiva, pois frequentemente atrelada a múltiplas experiências –, às mulheres é incutida, via de regra, a renúncia sexual e o amor ao outro, sendo a expectativa do direcionamento desse amor fortemente marcada pelos cuidados da casa, dos filhos e do marido, chamada de *hetero-centramento*. Há, portanto, a formulação de um *dispositivo amoroso* vinculado às mulheres e seus corpos, com a naturalização social de que a subjetivação feminina deve estar centrada no esquecimento de si mesma em prol do investimento dedicado a outrem (Swain, 2006).

Culturalmente, os homens são convocados a amar muitas coisas. As mulheres, ao contrário, têm permissão sobretudo para amar os homens (Zanella, 2018), especialmente homens brancos, cisheterossexuais, sendo atribuída a elas o que Judith Butler (2003) denomina como *heterossexualidade compulsória*.

Esta atitude em relação à mulher, seja qual for o seu fundamento ou como possa ser avaliada, representa o ideal patriarcal de feminilidade, da mulher como alguém cujo único anseio é amar um homem e ser amada por ele, é admirá-lo e servir-lhe, e até imitá-lo (Horney, 1991a, p. 181).

A partir de todas essas considerações, pensamos ser de fundamental importância pontuar que a exigência social de que as mulheres (brancas) direcionem majoritariamente seus investimentos para um pequeno grupo de pessoas, especialmente seus maridos e filhos, causa muitas reverberações subjetivas. Afinal de contas, se elas dividirem seus investimentos e os direcionarem a si mesmas ou a outros interesses, será que estariam sempre disponíveis a exercer a função social do cuidado do outro?

Nesse sentido, Maíra Moreira (2023) deixa nítido: a tarefa de cuidado é socialmente generificada e, portanto, está quase que unicamente atribuída às mulheres. Lísia Lawson

(2023) ainda nos convida a pensar que parece haver uma confusão social muito bem articulada entre amor e cuidado (aparentemente, se as mulheres cuidam por amor, então não precisam ser remuneradas ou mesmo reivindicar o seu descanso). Dessa maneira, estão encarregadas da chamada *esfera reprodutiva do trabalho* (Dorlin, 2021), em que é esperada uma completa disponibilidade quando o assunto é cuidar, especialmente da família, tendo como resultado uma “invisibilização desse trabalho como trabalho” (Dorlin, 2021, p. 10). Assim, observamos que existe uma grande subjugação das mulheres, fomentada pelos sistemas opressores que nos atravessam, fazendo com que sua posição em relação aos homens seja frequentemente de subalternização.

Ainda diante desse contexto, Maíra Moreira (2023) soma à discussão quando ressalta que há, para as mulheres, uma estética do cuidado que extrapola o cuidar de um bebê para o cuidar de toda uma economia doméstica. “um cuidar que é puro dever, sacrifício, abnegação e entrega, que tem a culpa como motor, faz do trabalho de cuidado uma servidão” (Moreira, 2023, p. 97). Ela ressalta que, ainda que o cuidado do outro seja necessário para manter a vida, ele não deveria ser confundido com um dever, como uma imposição compulsória – fato que acontece comumente para as mulheres. A autora salienta que é a imposição desse cuidado que ocasiona adoecimento psíquico, ou seja, a impossibilidade de escolha de poder/querer cuidar.

Flávia Biroli (2018) salienta que a exigência constante de cuidado do outro dirigida às mulheres é uma forma de retirá-las do âmbito social e público. Com o amor e o cuidado do outro se confundindo e sugando quase que a totalidade de suas possibilidades de investimento afetivo, o cuidado de si mesmas e as possibilidades de investirem em outras dimensões da vida acabam, muitas vezes, por ficar em segundo plano ou inexistentes. A elas, muitas vezes, não são autorizados os afetos plurais, como o preenchimento do seu tempo livre com atividades prazerosas. O cuidado de si, então, fica prejudicado em prol do superinvestimento no cuidado de outrem, principalmente por não receberem de volta do outro a mesma quantidade de investimento que direcionam a ele. Corroborando com essa discussão, Farias et al. (2023) nos mostram que o pouco cuidado que é direcionado para as mulheres aparece, na maior parte do tempo, de maneira muito frágil e pontual, e geralmente somente quando adoecem.

Com relação às possibilidades de investimento, os homens – maridos, filhos, pais e irmãos – se encontram socialmente autorizados a possuir diversos objetos de amor, estando isentos, na maioria das vezes, do compromisso do cuidado do lar/demais familiares e da exclusividade dos vínculos. Focados no trabalho e em atividades que são fonte de prazer, aos homens é possível amar muitas coisas (Zanella, 2018), seguindo, quase sempre, um funcionamento não exclusivo de investimentos afetivos. O amor, nesse contexto, é apenas um dos caminhos possíveis para o seu investimento – mas não o único, ainda que se beneficiem dos vínculos que constituem, especialmente com mulheres. Como sinaliza Maíra Moreira (2023), eles frequentemente ocupam o lugar de *homem-bebê* em suas relações, em que estão sempre prontos para serem cuidados por suas parceiras. Karen Horney (1991b) contribui para a discussão quando pontua que, no casamento cisheterossexual, as mulheres que são mais valorizadas são aquelas que carregam uma atitude fundamentalmente maternal diante da relação com o marido.

Portanto, as marcações da monogamia parecem estar presentes em esferas sociais que extrapolam os vínculos amorosos. Apesar de elas parecerem mais nítidas quando falamos deles, desejamos propor aqui uma possível ampliação de seu conceito.

Quando pensamos em lógicas de investimento afetivo, parece que existem possibilidades múltiplas ou restritas de seu direcionamento, especialmente se levarmos em conta as diferenças impostas aos gêneros. Podemos imaginar que as mulheres brancas estão submetidas a lógicas quase que exclusivas de investimento nos objetos, perpetuadas através do patriarcado, cabendo a elas a devoção ao marido, aos cuidados da casa, à sobrevivência da família e a lógica de cuidado de maneira geral.

A exclusividade presente nos vínculos amorosos, a partir da lógica monogâmica, parece se desdobrar, então, em uma restrição e hierarquização das possibilidades de investimentos, sendo o cuidado do outro, especialmente dos filhos e do marido, compreendido como prioritário e obrigatório (sem que hajam, diante da relação com o outro, muitas outras possibilidades de satisfação que não estejam articuladas a esse cuidado). Portanto, a restrição e hierarquização impostas pela lógica monogâmica aos vínculos amorosos parece se desdobrar, no caso de mulheres brancas heterossexuais ocidentais, em uma limitação das possibilidades de investimentos afetivos de forma geral. Diante desse cenário, outros investimentos parecem ficar em segundo plano ou inexistentes – o que nos conduz a imaginar que, mesmo que existam outros objetos de investimento para essas mulheres, a prioridade do cuidado do outro parece não se romper.

Dessa maneira, outras possibilidades lhes são socialmente inviabilizadas, de forma que não podem ou têm muita dificuldade de desconstruir a restrição dos investimentos imposta pelo patriarcado, pela cisheteronormatividade e pela lógica monogâmica. Nesse momento, entendemos que mulheres que desafiam a restrição e a hierarquia dos investimentos e experimentam uma forma mais plural de se relacionar com o mundo (seja a partir de vínculos amorosos não monogâmicos ou das possibilidades de investimentos em objetos diversos, que desviem da centralidade do cuidado) são socialmente desencorajadas, desqualificadas e punidas. Já as mulheres que se submetem a essa normativa apresentam grande sofrimento e adoecimentos diversos, uma vez que além de seus investimentos afetivos estarem restritos, suas possibilidades de investimento em si mesmas se encontram muito fragilizadas. Um contexto bastante preocupante, portanto, em termos de saúde mental.

Considerações finais

Nosso esforço foi o de resgatar os contornos da monogamia, frequentemente naturalizados. Para as mulheres, especialmente as brancas heterossexuais ocidentais, há uma relação ambígua diante da monogamia: por um lado, essas mulheres possuem lugar social de privilégio, especialmente no que tange à raça e à sexualidade, e costumam ser as principais escolhidas pelos homens cisgêneros para performar os vínculos afetivos monogâmicos, o que lhes confere um lugar de reconhecimento social – diferentemente do que acontece com mulheres pretas, por exemplo. Por outro lado, frequentemente vivenciam relações heterossexuais de subjugação e violência, com marcas insistentes do patriarcado ditando quais suas possibilidades de como amar e investir afetivamente.

A Psicanálise nos ajudou a pensar que as mensagens propagadas pela normativa monogâmica chegam para as crianças desde o início da vida, direcionadas a elas pelos adultos cuidadores, ainda que de forma inconsciente. Especialmente para as crianças identificadas como meninas, há uma expectativa de que performem a lógica monogâmica nas relações amorosas e na restrição de seus investimentos objetais quando adultas, fazendo com que o seu pulsional seja majoritariamente direcionado, desde muito pequenas, ao cuidado do outro (e, em especial, dos homens). Com isso, a subjetivação de mulheres brancas heterossexuais ocidentais a partir de uma lógica monogâmica nas vinculações amorosas parece se desdobrar em restritas possibilidades de investimentos: para as mulheres, é esperado que a prioridade seja a fidelidade ao casamento, atrelada sempre ao cuidado do outro, quase não sobrando margens para que cuidem e invistam em si mesmas e em outras formas de satisfação. Isso, como vimos, provoca grande desequilíbrio em sua balança de investimentos, reduz de forma significativa suas possibilidades de investimento e pode ser gerador de adoecimento psíquico.

Enquanto alguns limites de nossa investigação, não podemos deixar de considerar que nos restringimos a um determinado grupo (mulheres brancas heterossexuais ocidentais), e que mesmo outros marcadores sociais podem se somar a estes – se são cisgênero, transgênero, a qual classe econômica pertencem, entre outros. Além disso, é importante destacar que, a cada novo recorte, experiências diferentes vão sendo desenhadas, e que mesmo nesse grupo escolhido nuances escapam a uma pesquisa teórica. Um caminho interessante para futuras pesquisas talvez seja a escuta dessas e de outras mulheres de outros grupos, que possam trazer complexidades e nuances que nosso estudo não alcançou.

Este texto, portanto, é uma forma política que encontramos de nos engajarmos em um movimento de questionamento e de tentativa de construção de possibilidades de cuidado da saúde mental de mulheres, especialmente aquelas que se encontram em vulnerabilidade diante das relações amorosas monogâmicas e de suas reverberações nas possibilidades de investimentos afetivos em suas vidas. Enquanto escrevemos, pensamos nelas: esperamos que, trazendo narrativas como estas, não só suas vivências no amor possam ser reconhecidas e legitimadas quando destoarem da normativa monogâmica, mas que também possam encontrar espaços de abertura para o direcionamento de seus investimentos afetivos – em contraponto à uma lógica social implícita que impõe uma grande restrição. Essa é uma normativa social adoecedora e que precisa ser reconhecida, visibilizada e discutida quando pensamos a saúde mental a partir de uma perspectiva de gênero.

Referências

- Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Obra originalmente publicada em 1949).
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos do sujeito*. Porto Alegre: Artmed.

- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Del Priore, M. (2011). *História de amor no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Dockhorn, C. N. B. F., & Macedo, M. M. K. (2016). Estratégia clínico-interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(4), 529-535. Recuperado em 22/08/2026 em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/18068>>.
- Dorlin, E. (2021). *Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista*. São Paulo: Crocodilo/Ubu.
- Engels, F. (1997). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Escala. (Obra original publicada em 1884).
- Farias, C. P., Canavêz, F., & Gondar, J. (2023). Mulheres na pandemia: uma (re)leitura psicanalítica do cuidado. *Revista Tempo Psicanalítico*, 55, 527-542. Recuperado em 22/08/2026 em: <<https://www.tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/650>>.
- Favero, S. R. (2020). Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(3), 1-16. Recuperado em 22/08/2026 em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e3518>.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278. Recuperado em 22/08/2026 em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-58352006000100017&script=sci_arttext>.
- Freud, S. (1914). *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gomes, R. N., Balestro G., & Rosa, L. (2016). Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória. *Libertas: Revista de Pesquisa em Direito*, 1(2), 11-34. Recuperado em 22/08/2026 em: <<https://periodicos.ufop.br/libertas/article/view/292>>.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, 1(2), 223-244.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. Recuperado em 22/08/2026 em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>.
- Hardy, J.W., & Easton, D. (2019). *Ética do amor livre: guia prático para poliamor, relacionamentos abertos e outras liberdades afetivas* (C. Kokubo, Trad.). São Paulo: Elefante.
- Horney, K. (1991a). A supervalorização do amor. In Horney, K., *Psicologia feminina* (pp. 181-210). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Horney, K. (1991b). O ideal monogâmico. In Horney, K., *Psicologia feminina* (pp. 81-96). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Laplanche, J. (1988). *A teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Porto Alegre: Artmed.
- Laplanche, J. (2015). *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano (2000-2006)*. Porto Alegre: Dublinense.

- Lawson, L. (2023). *Amor e renúncia de si: uma investigação psicanalítica sobre os possíveis impactos do trabalho reprodutivo enquanto alicerce dos vínculos amorosos*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Moreira, M. M. (2023). *Freud e o casamento: o sexual no trabalho de cuidado*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Núñez, G. (2023). *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Schucman, L. V. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94. Recuperado em 22/08/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?lang=pt>>. Swain, T. N. (2006). Entre a vida e a morte, o sexo. *Revista Labrys Estudos Feministas*. Recuperado em 22/08/2026 em: <https://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania_entre_a_vida_ea_morte.pdf>.
- Vasallo, B. (2022). *O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos*. São Paulo: Elefante.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.
- Zanello, V., Fiuza, G., & Costa, H. S. (2015). Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 238-246. Recuperado em 22/08/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/7ZzRG6HkzvbGYj35qZXNzyP/?lang=pt>>.

The monogamy logic and subjective restriction: reflecting on the care exercised by Western heterosexual white women

Abstract

In this paper, drawing on both classical and contemporary psychoanalytic theories, as well as feminist authors, we will situate monogamy within a socio-historical-cultural context in order to discuss it from a critical perspective. Based on a historical overview, we aim to show that the reverberations of monogamy differ across genders. More specifically, we will seek to analyze its particular implications for the subjectivity of women, especially white, heterosexual, Western women. As we will see, monogamy appears to be much more expected of women than of men, and its logic of exclusivity seems to unfold into a significant restriction of the possibilities for their affective investment, primarily tied to the care of others. For this discussion, we will articulate the relationship between monogamous logic and care work, considering its impacts on the psychic constitution of white children identified as girls and, later, on their adult lives.

Keywords: Monogamy, Psychoanalysis, Gender, Women.

Lógica monógama y coacción subjetiva: reflexionando sobre el cuidado ejercido por mujeres blancas heterosexuales occidentales

Resumen

En este trabajo, con la ayuda de teorías psicoanalíticas clásicas y contemporáneas, así como de autoras feministas, situaremos la monogamia dentro de un contexto socio-histórico-cultural, para poder discutirla desde una perspectiva crítica. A partir de un recorrido histórico, pretendemos mostrar que las reverberaciones de la monogamia son distintas según los diferentes géneros. De manera más específica, buscaremos analizar cuáles son sus implicaciones singulares para la subjetividad de las mujeres, especialmente blancas, heterosexuales y occidentales. Como veremos, la monogamia parece ser mucho más esperada de las mujeres que de los hombres, y su lógica de exclusividad parece desplegarse posteriormente en una gran restricción de las posibilidades de su inversión afectiva, vinculadas prioritariamente al cuidado del otro. Para esta discusión, articularemos la lógica monogámica con el trabajo de cuidados, pensando en sus impactos en la constitución psíquica de niñas blancas y, posteriormente, en su vida adulta.

Palabras clave: Monogamia, Psicoanálisis, Género, Mujeres.

Logique monogame et contrainte subjective: en réfléchissant au soin exercé par des femmes blanches hétérosexuelles occidentales

Résumé

Dans ce travail, à l'aide de théories psychanalytiques classiques et contemporaines, ainsi que d'autrices féministes, nous situerons la monogamie dans un contexte socio-historico-culturel afin de pouvoir la discuter à partir d'une perspective critique. À partir d'un retour historique, nous entendons montrer que les répercussions de la monogamie diffèrent selon les genres. Plus spécifiquement, nous chercherons à analyser ses implications singulières pour la subjectivité des femmes, en particulier des femmes blanches, hétérosexuelles et occidentales. Comme nous le verrons, la monogamie semble être beaucoup plus attendue des femmes que des hommes, et sa logique d'exclusivité paraît ensuite se déployer en une forte restriction des possibilités de leur investissement affectif, principalement liées au soin de l'autre. Pour cette discussion, nous articulons la logique monogamique avec le travail du care, en réfléchissant à ses impacts sur la constitution psychique des enfants blancs identifiés comme des filles et, par la suite, sur leur vie adulte.

Mots-clés: Monogamie, Psychanalyse, Genre, Femmes.

Recebido em: 23/06/2025

Revisado em: 13/04/2026

Aceito em: 07/05/2026